

Demonstrações Financeiras

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

31 de dezembro de 2017

com o Relatório dos Auditores Independentes

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	8
Demonstrações dos resultados.....	10
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	15

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (“Operadora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Operadora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação de valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3(b), as informações correspondentes ao balanço patrimonial e notas explicativas foram alteradas em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, pelas razões mencionadas na referida Nota Explicativa nº 3(b) e, portanto, estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Operadora.

1. Provisões para ações judiciais

Conforme mencionado na nota explicativa 24, a Operadora é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. A avaliação da probabilidade de perda realizada pelos consultores jurídicos da Operadora envolve alto grau de subjetividade, fato esse que nos levou a identificar essa questão como risco significativo que requer considerações especiais de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o envolvimento de especialistas tributários para nos auxiliar na avaliação dos argumentos e méritos apresentados pelos consultores jurídicos da Administração na classificação das ações judiciais; (b) procedimentos de envio de carta de confirmação junto aos consultores jurídicos da Operadora; e (c) revisão das divulgações incluídas na Nota 24 às demonstrações financeiras. Como resultado desses procedimentos, identificamos ajustes de auditoria que indicaram que as provisões para contingências se apresentavam superavaliadas e, conseqüentemente, o resultado do exercício estava subavaliado. Apesar da imaterialidade dos montantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, a Operadora reconheceu a devida correção em seus livros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo de provisões para contingências, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das estimativas de perda associadas às provisões de contingências reconhecidas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Provisões para eventos ocorridos e não avisados

A Operadora possui passivos relacionados a eventos ocorridos e não avisados (“Peona”) que, conforme mencionado na nota explicativa 19, requerem a constituição de uma provisão baseada em nota técnica atuarial através da estimativa de eventos/sinistros que já tenham ocorridos e que não tenha sido registrado contabilmente pela Operadora. O cálculo atuarial é baseado no histórico de notificações recebidas dos prestadores de serviços, que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço regulamentada pela ANS conforme RN 393/2015.

Consideramos um assunto relevante de auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas complexas de longo prazo e altamente subjetivas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o suporte de nossos especialistas atuariais, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela Administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes da Peona, verificando a acurácia matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas à Peona.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a Peona, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Créditos tributários

A Operadora reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, principalmente decorrente do ágio apurado nas aquisições de empresas, conforme detalhado na nota explicativa 13. Esses tributos diferidos são reconhecidos na extensão em que haja lucro tributável futuro.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de imposto diferido ativo era de R\$ 426.848 mil e, em virtude da relevância do montante reconhecido, consideramos um assunto relevante de auditoria, além do fato de que o estudo de realização desses ativos envolve um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre o desempenho futuro das operações.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela Administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros. Verificamos a acurácia no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, bem como avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas com o objetivo de avaliar o comportamento das projeções diante de certas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela Administração da Operadora, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Avaliação de redução ao valor recuperável (“impairment”) do ágio (“goodwill”) registrado

Conforme descrito na nota explicativa 18, em 31 de dezembro de 2017 os ativos da Operadora contemplavam o reconhecimento de ágios gerados em aquisições no montante de R\$ 309.112 mil, cujo valor recuperável é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Operadora e aprovados em seus níveis de governança.

Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, efetuamos a revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em valorização, analisamos as premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo as taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade, e avaliamos a consistência dos cálculos, comparando-os com informações do mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com previsões anteriores.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação à avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Ambiente de tecnologia

O processamento das transações da Operadora é dependente da sua estrutura de tecnologia para o desenvolvimento de suas operações e para a continuidade de seus processos de negócios.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras e, por esse motivo, consideramos essa área significativa para nossa auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

No contexto de nossa auditoria, com o auxílio dos nossos especialistas, aplicamos procedimentos de avaliação do ambiente de tecnologia da informação da Operadora, incluindo a avaliação da implementação e eficácia operacional dos controles automatizados dos sistemas aplicativos, tendo sido identificadas deficiências relacionadas ao processo de gestão de acessos e mudanças das aplicações de TI relacionadas.

As deficiências no desenho e na operação dos controles internos relativos aos controles gerais de tecnologia alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e adequadas de auditoria. Nossos testes do desenho e da operação dos controles gerais de TI e dos controles de aplicativos considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.CRC-2SP034519/O-6

Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC-1SP251558/O-0



Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	2017	2016 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante		1.758.968	1.020.109
Disponível		24.930	28.923
Realizável		1.734.038	991.186
Aplicações financeiras	7	1.182.212	636.661
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		504.318	460.001
Aplicações livres		677.894	176.660
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	8	141.962	109.843
Contraprestações pecuniárias a receber		141.962	98.293
Operadoras de planos de assistência à saúde		-	11.550
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	8	81.158	49.235
Despesas diferidas	9	105.960	39.653
Créditos tributários e previdenciários	10	21.997	20.936
Bens e títulos a receber	11	195.456	129.296
Despesas antecipadas		5.293	5.562
Não circulante		2.284.548	1.649.402
Realizável a longo prazo		974.330	887.200
Aplicações financeiras	7	49.271	24.771
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		22.532	-
Aplicações livres		26.739	24.771
Títulos e créditos a receber	12	12.435	14.577
Despesas de comercialização diferidas	9	116.885	58.001
Ativo fiscal diferido	13	426.848	478.189
Depósitos judiciais e fiscais	14	227.200	208.883
Outros créditos a receber a longo prazo	15	141.691	102.779
Investimentos	16	404.092	94.991
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		404.092	94.991
Participações societárias em rede hospitalar		404.092	94.991
Imobilizado	17	525.961	404.876
Imóveis de uso próprio		262.338	181.896
Imóveis de uso próprio – hospitalares		260.042	180.985
Imóveis de uso próprio – não hospitalares		2.296	911
Imobilizado de uso próprio		115.675	73.118
Hospitalares		76.801	52.407
Não hospitalares		38.874	20.711
Imobilizações em curso		93.995	130.471
Outras imobilizações		53.953	19.391
Hospitalares		50.528	8.077
Não hospitalares		3.425	11.314
Intangível	18	380.165	262.335
Total do ativo		4.043.516	2.669.511

	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u> <u>(Reapresentado)</u>
Passivo			
Circulante		1.447.908	985.612
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19	692.653	620.512
Provisões de prêmio / contraprestações		53.359	45.754
Provisão de prêmio / contraprestação não ganha (PPCNG)		52.838	45.076
Provisão para remissão		521	678
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS		103.230	93.926
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		351.775	329.386
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		184.289	151.446
Débitos de operações de assistência à saúde		8.120	5.056
Contraprestações a restituir		31	10
Receita antecipada de contraprestações		3.396	628
Comercialização sobre operações		4.693	4.416
Operadoras de planos de assistência à saúde		-	2
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora		94	226
Provisões		15.760	1.358
Provisões para imposto de renda e contribuição social		15.760	1.358
Tributos e encargos sociais a recolher	20	163.794	108.190
Empréstimos e financiamentos a pagar	22	306.007	951
Debêntures a pagar	23	55.952	59.702
Débitos diversos	21	205.528	189.617
Não circulante		1.220.339	545.367
Exigível a longo prazo		1.220.339	545.367
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19	9.979	10.937
Provisão para remissão		645	87
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS		9.334	10.850
Provisões		294.743	259.798
Provisões para tributos diferidos	13	46.941	36.259
Provisões para ações judiciais	24	247.802	223.539
Parcelamento de tributos e contribuições		760	11.313
Empréstimos e financiamentos a pagar	22	332.448	1.332
Debêntures a pagar	23	459.556	213.330
Débitos diversos	21	122.853	48.657
Patrimônio líquido	25	1.375.269	1.138.532
Capital social		763.354	763.354
Reservas:		611.915	375.178
Reservas de capital		46.928	46.928
Reserva legal		62.137	42.027
Reservas de lucros		502.850	286.223
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.043.516	2.669.511

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	2017	2016
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		4.851.765	3.798.981
Receitas com operações de assistência à saúde		4.967.076	3.883.523
Contraprestações líquidas	26	4.967.477	3.883.428
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(401)	95
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora		(115.311)	(84.542)
Eventos indenizáveis líquidos	27	(3.678.843)	(2.856.163)
Eventos conhecidos ou avisados		(3.645.999)	(2.839.825)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		(32.844)	(16.338)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		1.172.922	942.818
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		1.981	548
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora		347.077	210.846
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		313.985	189.595
Outras receitas operacionais		33.092	21.251
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(20.327)	(13.281)
Outras despesas operacionais de planos de assistência à saúde		(189.602)	(147.533)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	28	(178.532)	(197.136)
Provisão para perdas sobre créditos		(11.070)	49.603
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora		(34.369)	(29.170)
Resultado bruto		1.277.682	964.228
Despesas de comercialização	29	(204.213)	(169.935)
Despesas administrativas	30	(531.432)	(442.195)
Resultado financeiro líquido	31	1.925	12.153
Receitas financeiras		100.137	116.006
Despesas financeiras		(98.212)	(103.853)
Resultado patrimonial		28.339	6.930
Resultado da equivalência patrimonial	16	30.894	9.448
Receita patrimonial		23	59
Despesa patrimonial		(2.578)	(2.577)
Resultado antes dos impostos e participações		572.301	371.181
Imposto de renda	13	(77.826)	(27.790)
Contribuição social	13	(28.067)	(10.088)
Impostos diferidos	13	(64.216)	(77.220)
Participações sobre o lucro		-	(186)
Lucro líquido do exercício		402.192	255.897
Quantidade de ações	25a	532.685.880	532.685.880
Lucro líquido por ação do exercício – R\$		0,755	0,480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	402.192	255.897
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	<u>402.192</u>	<u>255.897</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)		621.910	32.581	29.443	148.936	-	832.870
Aumento de capital por incorporação	25a	141.444	-	-	-	-	141.444
Varição resultado - data-base com data incorporação	25b	-	14.347	-	-	-	14.347
Ajuste exercícios anteriores	25d	-	-	-	-	(4.230)	(4.230)
Resultado do exercício		-	-	-	-	255.897	255.897
Proposta para destinação do lucro:							
Reserva legal	25c	-	-	12.584	-	(12.584)	-
Reserva estatutária	25c	-	-	-	239.083	(239.083)	-
Dividendos distribuídos	25e	-	-	-	(43.646)	-	(43.646)
Juros sobre capital próprio	25e	-	-	-	(58.150)	-	(58.150)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		763.354	46.928	42.027	286.223	-	1.138.532
Resultado do exercício		-	-	-	-	402.192	402.192
Proposta para destinação do lucro:							
Reserva legal	25c	-	-	20.110	-	(20.110)	-
Reserva estatutária	25c	-	-	-	217.627	(217.627)	-
Dividendos distribuídos	25e	-	-	-	(1.000)	(115.450)	(116.450)
Juros sobre capital próprio	25d	-	-	-	-	(49.005)	(49.005)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		763.354	46.928	62.137	502.850	-	1.375.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (método direto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de plano de saúde	5.399.719	4.173.295
Resgates de aplicações financeiras	2.253.941	2.527.940
Recebimento de juros de aplicações financeiras	53.378	73.921
Outros recebimentos operacionais	296.312	1.165.159
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(3.055.143)	(2.571.690)
Pagamento de comissões	(245.024)	(160.993)
Pagamento de pessoal	(408.664)	(260.937)
Pagamento de pró-labore	(32.823)	(34.469)
Pagamento de serviços de terceiros	(489.908)	(779.126)
Pagamento de tributos	(529.066)	(320.994)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(75.822)	(25.994)
Pagamento de aluguel	(38.925)	(33.855)
Pagamento de promoção/publicidade	(8.418)	(11.322)
Aplicações financeiras	(2.771.266)	(2.482.640)
Outros pagamentos operacionais	(525.957)	(858.856)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(177.666)	399.439
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar	(95.528)	(51.806)
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(23.669)	(51.059)
Pagamentos relativos ao ativo intangível	(8.484)	(94.205)
Pagamento de aquisição de participação em outras empresas	(350.112)	(2.200)
Outros pagamentos das atividades de financiamentos	(186.440)	(101.796)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(664.233)	(301.066)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimento de empréstimos/financiamentos	931.838	-
Pagamento de juros - empréstimos/financiamentos/leasing	(37.132)	(27.270)
Pagamento de amortização - empréstimos/financiamentos/leasing	(63.860)	(56.392)
Outros pagamentos das atividades de financiamentos	7.060	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	837.906	(83.662)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(3.993)	14.711
CAIXA - Saldo inicial	28.923	14.212
CAIXA - Saldo final	24.930	28.923
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(3.993)	14.711
Ativos livres no início do exercício	201.431	271.453
Ativos livres no final do exercício	704.633	201.431
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	503.202	(70.022)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (método direto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Em conformidade com o CPC 03 (R2) Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, segue a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	402.192	255.897
Depreciação e amortização	43.734	52.689
Equivalência patrimonial	(30.894)	9.448
Variação das provisões técnicas	33.244	16.243
Atualização monetária contingência e depósito judicial	(1.530)	49.468
Provisão para perdas sobre créditos	(37.769)	76.224
Rendimentos financeiros	(49.080)	(77.193)
Provisões para ações judiciais	32.693	31.869
Juros empréstimos e financiamentos/debêntures e custas de captação	48.737	52.324
Amortização despesas diferidas	78.125	63.577
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferida	170.020	(39.342)
Outros	(8.290)	36.705
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(96.113)	(3.339)
Redução dos ativos	(838.795)	(153.301)
Aumento dos passivos	76.060	28.170
Caixa gerado nas atividades operacionais	(177.666)	399.439

O fluxo de caixa direto enviado a ANS não considera as aplicações de liquidez imediata R\$ 18.928 (R\$ 22.079 em 2016), conforme orientação da ANS, divergindo do divulgado em notas explicativas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (doravante denominada por “Companhia” ou “Operadora”), empresa controlada pela BCBF Participações S.A. (BCBF), com sede em São Paulo na Avenida Paulista, nº 867 - Bela Vista, Estado de São Paulo, tem por objetivo a prestação de serviços nos campos da medicina, odontologia, hospitalar e de medicina social e ocupacional, abrangendo a operação de hospitais e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou particulares e participação como sócia, acionista ou quotista no capital de outras sociedades.

A Companhia é controladora direta das empresas Tijuca - Serv. de Assist. Médico-Cirurg. Infantil Ltda., Hospital São Bernardo, Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda. e Hospital e Maternidade Nova Vida Ltda. entidades de capital fechado e tem por objeto social a prestação de serviços nos campos da medicina hospitalar e de medicina social.

Conforme a Resolução Normativa (RN) 390/15 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Companhia como Operadora de grande porte está orientada a adotar o CPC 36 – Demonstrações consolidadas. A Companhia não divulgou informações consolidadas, visto que a sua Controladora disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com o CPC 36 – Demonstrações consolidadas, em que as suas controladas são consolidadas.

2. Aquisições e reestruturações societárias

A Companhia por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão através de aquisições e reestruturação societária realizaram os seguintes eventos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

I. Aquisição Grupo Nova Vida

Em 31 de março de 2017, a Companhia juntamente com sua controladora BCBF Participações S.A. celebraram Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição da totalidade das quotas de emissão Grupo Nova Vida.

O Grupo Nova Vida é composto pelo Hospital e Maternidade Nova Vida, em Itapevi, e de mais três Centros Médicos, dois localizados em Jandira e outro em Cotia, na Grande São Paulo.

A Companhia assumiu o controle do Grupo Nova Vida em 03 de julho de 2017.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

II. Aquisição Hospital São Bernardo

Em 23 de Fevereiro de 2017 a Companhia assinou o contrato de compra e venda de ações e outras avenças para a aquisição da participação acionária do Hospital São Bernardo S.A. e suas filiais Hospital Baeta Neves e Centro Clínico São Bernardo.

O Hospital São Bernardo é um hospital geral com Pronto Socorro, localizado na Av. Lucas Nogueira Garcez, 400 na cidade de São Bernardo do Campo, SP.

Estas aquisições são muito estratégicas para a Companhia porque contribuem para a consolidação não apenas na região do ABCD paulista, mas também mantém o Grupo Notre Dame na posição de uma das maiores empresas do setor de saúde suplementar do país.

A Companhia assumiu o controle do Hospital São Bernardo e suas filiais em 20 de abril de 2017.

III. Aquisição SAMCI e IBRAGE.

Em 10 de março de 2017 a Companhia concretizou a aquisição e assumiu o controle das empresas Tijuca – Serviço de assistência médica – Cirurgia infantil Ltda (Samci) e Ibrage Locação e Arrendamento de Imóveis Ltda – ME, após a vendedora ter cumprido todas as obrigações e renúncias estabelecida na negociação, conforme contrato de compra e venda assinado em 27 de dezembro de 2016.

A aquisição tem como objetivo maior penetração da Operadora na cidade do Rio de Janeiro, aumento de atendimento verticalizado de sua rede de hospitais e pontos atendimento.

Em 20 de julho de 2017 foi alterado a Razão Social da empresa Ibrage Locação e Arrendamento de Imóveis Ltda – ME para Ibrage Saúde Ltda., e o seu objeto social.

IV. Incorporações

a) Ibrage Saúde Ltda e Nova Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 31 de outubro de 2017, foi aprovado o Protocolo de incorporação e justificação, para incorporação da Ibrage – Saúde Ltda. e Nova Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda. pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A.. O Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil das empresas incorporadas foram apurados com base nos livros contábeis com data base em 30 de setembro de 2017 e foi emitido em 27 de outubro de 2017 por empresa independente.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

O acervo líquido das empresas Ibrage Saúde Ltda e Nova Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda., incorporado pela Companhia, teve a seguinte composição:

	Ibrage Saúde Ltda	
	Acervo laudo	Acervo incorporado
Ativo		
Circulante		
Créditos tributários e previdenciários	2	2
Bens e títulos a receber	340	340
Total do ativo circulante	342	342
Não circulante		
Imobilizado	125	124
Total do ativo não circulante	125	124
Total do ativo	467	466
Passivo		
Circulante		
Tributos e encargos sociais a recolher	1	1
Empréstimos e financiamentos a pagar	-	11
Débitos diversos	10	10
Total do passivo circulante	11	22
Total do passivo	11	22
Total do acervo líquido	456	444
(-) Disponibilidades	-	-
Total do acervo líquido de disponibilidades	456	444

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Nova Vida Assist. Medica	
	Acervo laudo	Acervo incorporado
Ativo		
Não circulante		
Imobilizado	3.504	3.297
Total do ativo não circulante	3.504	3.297
Total do ativo	3.504	3.297
Passivo		
Total do passivo	-	-
Total do acervo líquido	3.504	3.297
(-) Disponibilidades	-	-
Total do acervo líquido de disponibilidades	3.504	3.297

b) Family Hospital S.S Ltda.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 02 de janeiro de 2017 foi aprovado o Protocolo de incorporação e justificação para incorporação do Family Hospital S.S. Ltda. pela Companhia com o objetivo de racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil do Family Hospital S.S. Ltda. apurado com base nos livros contábeis com data base em 30 de novembro de 2016 foi emitido em 02 de janeiro de 2017 por empresa independente.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

O acervo líquido da empresa Family Hospital S.S. Ltda., incorporado pela Companhia, teve a seguinte composição:

	Acervo laudo	Acervo incorporado
Ativo		
Circulante		
Disponibilidades	2.846	1.394
Créditos de operações assistencial à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	11.383	11.880
Créditos tributários e previdenciários	4.936	4.968
Bens e títulos a receber	1.402	1.012
Despesas antecipadas	8	7
Total do ativo circulante	20.575	19.261
Não circulante		
Realizável a longo prazo	3.341	2.794
Imobilizado	4.849	5.042
Intangível	50	49
Total do ativo não circulante	8.240	7.885
Total do ativo	28.815	27.146
Passivo		
Circulante		
Provisão para imposto de renda e contribuição social	4.281	4.622
Tributos e encargos sociais a recolher	1.759	1.971
Débitos diversos	6.227	4.123
Total do passivo circulante	12.267	10.716
Passivo não circulante		
Provisão para ações judiciais	8.668	6.345
Parcelamento de tributos e contribuições	699	641
Débitos diversos	3.154	3.154
Total do passivo não circulante	12.521	10.140
Total do passivo	24.788	20.856
Total do acervo líquido	4.027	6.290

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

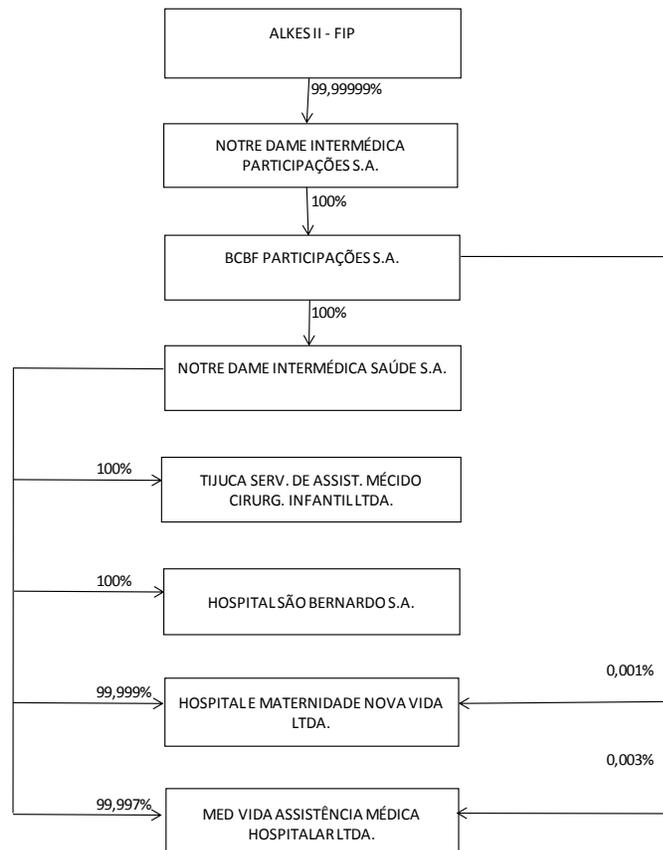
c) Interodonto Sistema de Saúde Odontológico Ltda., Santamália Saúde S.A., Hospital Bosque da Saúde S.A. e Hospital Montemagno S.A.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 31 de março de 2016 foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação das empresas listadas abaixo pela Operadora:

- o Interodonto Sistema de Saúde Odontológico Ltda.
- o Santamália Saúde S.A.
- o Hospital Bosque da Saúde S.A.
- o Hospital Montemagno S.A.

As incorporações ocorreram tendo em vista que as empresas pertencem ao Grupo Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

A estrutura societária do Grupo Notre Dame Intermédica Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:



Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS, de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 290 de 27 de fevereiro de 2012 e alterações propostas pelas Resoluções Normativas nº314 de 28 de novembro de 2012, nº 322 de 28 de março de 2013, nº 344 de 20 de dezembro de 2013, nº 390 de 2 de dezembro de 2015 e nº 418 de 26 de dezembro de 2016.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 28 de março de 2018.

b) Reapresentação dos saldos de exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em de 31 de dezembro de 2016 estão sendo reapresentadas para fins de comparação conforme disposto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erros, em virtude da incorporação da Santamália Saúde S.A. não ter gerado ativo fiscal diferido.

Abaixo demonstramos as contas patrimoniais originalmente apresentadas, em comparação às demonstrações financeiras retificadas:

Balancos patrimoniais			
31 de dezembro de 2016			
Ativo	Publicado anteriormente	Saldos reclassificados	Saldos Reapresentados
Não circulante	1.643.186	6.216	1.649.402
Realizável a longo prazo	922.427	(35.227)	887.200
Ativo fiscal diferido	513.416	(35.227)	478.189
Intangível	220.892	41.443	262.335
Total do ativo	2.663.295	6.216	2.669.511
31 de dezembro de 2016			
Passivo	Publicado anteriormente	Saldos reclassificados	Saldos Reapresentados
Não circulante	539.151	6.216	545.367
Provisões para tributos diferidos	30.043	6.216	36.259
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.663.295	6.216	2.669.511

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

c) Comparabilidade

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 estão sendo apresentadas com as informações comparativas de 31 de dezembro de 2016, conforme disposições do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos e das normas emitidas pela ANS.

d) Base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue:

- Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento; e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

e) Continuidade

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

f) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

g) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registrados nas demonstrações financeiras em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Teste de redução ao valor recuperável de ativos;
- Provisões técnicas;
- Provisões judiciais; e
- *Liability Adequacy Test* (LAT).

h) Segregação entre circulante e não circulante

A Operadora efetuou a segregação de ativos e passivos no balanço patrimonial entre circulante e não circulante. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Operadora; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

Todos os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

i) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2017 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas estão abaixo apresentadas:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Exceto para contabilidade de hedge, faz-se necessário a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório.

Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo algumas exceções.

No decorrer de 2017, a Companhia realizou uma avaliação de alto nível do impacto de todos os três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação preliminar baseia-se nas informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças em razão de análises detalhadas complementares ou informações adicionais cabíveis e evidenciáveis que sejam disponibilizadas para a Companhia no futuro.

Em geral a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de classificação e mensuração e redução ao valor recuperável da IFRS 9.

I. Classificação e mensuração

A Companhia efetuou análise e concluiu que não há impacto significativo no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido ao aplicar as exigências de classificação e mensuração da IFRS 9. Tem a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo.

Empréstimos bem como contas a receber de clientes são mantidos para captar os fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. Assim, a Companhia espera que esses continuem a ser mensurados pelo custo amortizado segundo a IFRS 9.

II. Perdas por redução do valor recuperável ("*Impairment*")

A IFRS 9 exige que a Companhia registre perdas de crédito esperadas sobre todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, para 12 meses ou em base vitalícia. A Companhia espera aplicar a abordagem simplificada e registrar as perdas esperadas em base vitalícia sobre todo o saldo de contas a receber de clientes.

A Companhia não espera impactos materiais em seu patrimônio líquido devido à natureza de seus empréstimos e recebíveis. O saldo das contas a receber das operações de saúde estão sob escopo do IFRS 4, que será substituído pelo IFRS 17.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 estabelece um novo modelo constante de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contrato com

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS.

A aplicação retrospectiva integral ou aplicação retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia não adotou antecipadamente a nova norma que foi adotada na efetiva data da sua entrada em vigor, utilizando o método de adoção retrospectiva integral. No decorrer de 2016 e 2017, a Companhia realizou uma avaliação preliminar da IFRS 15, a qual está sujeita a mudanças em razão de análises mais detalhadas em andamento.

A Companhia atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica.

Os serviços são vendidos individualmente em contratos separados, identificados com os clientes, ou agrupados como um pacote de serviços.

A Companhia espera as seguintes prováveis áreas de impacto:

I. Prestação de serviços

A Companhia presta serviços de assistência à saúde e odontológica através de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Companhia avaliou preliminarmente que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. A Companhia identificou e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo:

Contraprestação variável

A Companhia possuiu dois tipos de glosas:

- a) internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais; e
- b) externas, glosas das faturas que vão para as operadoras e por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a IFRS 15:

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato.

Deve-se estimar o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir, dependendo de por qual método a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito:

- (a) o valor esperado – é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares;
- (b) o valor mais provável – é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não).

A companhia avaliou e identificou que a alteração no reconhecimento das glosas não irá gerar impactos financeiros significativos, já que não será alterado o montante e sim o momento de seu reconhecimento.

II. Exigências de apresentação e divulgação

A IFRS 15 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as atuais IFRS.

As exigências de apresentação representam uma alteração significativa em relação à prática atual e aumentam consideravelmente o volume de divulgações exigido nas demonstrações financeiras da Companhia. Muitas das exigências de divulgação da IFRS 15 são totalmente novas. A Companhia avaliou e não espera alterações significativas de divulgação uma vez que sua operação está prioritariamente baseada em suas operações de plano de saúde que assemelha-se a seguros e não nos serviços fornecidos pelos hospitais.

Em 2017, a Companhia desenvolveu e iniciou os testes de sistemas, controles internos, políticas e procedimentos adequados necessários para coletar e divulgar as informações adicionais que se façam necessárias.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, com início a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras e não é previsto qualquer impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 18 de maio de 2017 o IFRS 17 que substituirá o IFRS 4 a partir de 1º de janeiro de 2021. O IFRS 17 é uma norma voltada para contratos de seguros e objetiva a melhora da comparabilidade das informações prestadas pelas empresas, uma vez que atualmente existem abordagens diferentes em relação à contabilização e divulgação dos contratos de seguros pelas empresas.

Esta norma tem implicações em outras indústrias além das seguradoras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitirá norma equivalente no Brasil.

A Companhia não pretende adotar a norma antecipadamente e aguardará a emissão de norma equivalente no Brasil para analisar os efeitos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram as seguintes:

a) Disponível

Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa, em conta corrente em instituições financeiras e aplicações financeiras de liquidez imediata e com prazos iguais ou inferiores a 90 dias. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, são resgatáveis a qualquer momento e não sofrem risco de mudança significativa de valor.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

b) Instrumentos financeiros

Definição

É qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira para outra entidade. Os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios são avaliados pela Administração da Companhia a fim de assegurar sua manutenção no ativo.

A baixa dos passivos financeiros somente ocorre quando as respectivas obrigações são extintas e canceladas ou quando pagas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio do resultado se:

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- For adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros em curto prazo; e
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluído na rubrica “Resultado financeiro”, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do resultado do exercício.

ii. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

iii. Determinação do valor justo

Os valores justos têm sido apurados para propósito de mensuração e/ou divulgação.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía ativo classificado na categoria de “Ativos financeiros disponível para venda”, sendo classificados nas categorias de “Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado”, “Ativos financeiros mantidos até o vencimento” e “Empréstimos e recebíveis”.

c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

d) Provisão para perdas sobre créditos

A Companhia constitui provisão para perdas sobre créditos através da metodologia de apuração utilizada em acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 418/2016 da ANS.

A provisão para perdas sobre créditos é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos) e para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração. Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

f) Despesas de comercialização diferidas (DAC – *Deferred Acquisition Cost*)

As despesas de comercialização referem-se aos agenciamentos e são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou expectativa conforme NTA e são refletidas no saldo da conta “Despesas diferidas” no ativo circulante, de acordo com a Resolução Normativa (RN) 418/2016. Em 2016 através de estudo técnico a operadora iniciou a diferir as despesas pelo prazo de 36 meses e o saldo a ser diferido está refletido nas rubricas “Despesas diferidas” que compreende o saldo de até 12 meses e “Despesas de comercialização diferida” no ativo não circulante, para o saldo superior a 12 meses. Os demais gastos são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos.

g) Investimento

Durante o exercício de 2017 e 2016, a participação societária que a Companhia possuía em suas controladas estava avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

A participação nos resultados operacionais das controladas está demonstrada na demonstração do resultado como “Resultado de equivalência patrimonial”.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.

h) Imobilizado

Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso.

i) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 18 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

k) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Após o reconhecimento

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por valor recuperável.

Para fins de teste do valor recuperável (*impairment*), o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (UGCs) da Companhia (ou grupos de UGCs) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As UGCs às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de *impairment* ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma UGC poderá apresentar *impairment*. Se o valor recuperável da UGC for menor que o valor contábil, a perda por *impairment* é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à UGC e, posteriormente, aos outros ativos da UGC, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por *impairment* de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício.

l) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita, devido as atividades operacionais da Companhia certas provisões são requeridas conforme abaixo:

- A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, conforme a Resolução Normativa (RN) 209/2009, alterada pelas RNs 227/2010, 243/2010, 246/2011 e 313/2012, sendo calculada com base em nota técnica atuarial submetida e aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.
- A Provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (RN 290/2012, alterada pela RN 418/2016).
- A provisão de remissão é constituída para os beneficiários que ficaram isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.
- A provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS – Sistema Único de Saúde correspondente aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram à rede de atendimento à saúde pública, em conformidade com a IN/DIOPE 32 de 11 de setembro de 2009 e Ofício Circular 03/2010 da ANS. As Operadoras devem registrar o ressarcimento ao SUS em sua escrituração contábil na rubrica “Eventos conhecidos e sinistros avisados” - Nota explicativa 27 em contra partida “Provisões técnicas de

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

operações de assistência à saúde” (no plano de contas da ANS registrado na rubrica “Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS” - Nota explicativa 19) no passivo circulante e não circulante.

Conforme RN nº 227/2010, RN nº 329/2013, alterada pela RN nº 419/2016, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS, é estabelecido regras para constituição de provisões técnicas, tais regras, exige que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela resolução normativa para cobrir as contraprestações.

m) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros” pelo método de custo amortizado.

n) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

A avaliação das contingências passivas, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a legislação aplicável.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

o) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferida (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se estima recuperar. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual se espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

p) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo específico e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo, mesmo se esse ativo não estiver explícito no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil.

Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. A Companhia atualmente mantém bens arrendados reconhecidos como um arrendamento financeiro.

q) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados em Assembleia.

r) Reconhecimento de receitas operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde”, no sub-item “Provisão de Contraprestação Não Ganha – PPCNG”, conforme destacado na nota explicativa 19, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

s) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas), são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

t) Teste de adequação de passivos (*Liability Adequaty Test* – LAT)

O CPC 11/IFRS 4 requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste.

Quando é identificado qualquer insuficiência a Companhia contabiliza a perda apurada no resultado do exercício.

O teste foi efetuado considerando os segmentos de negócios adotado pela companhia e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixas a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecida por fontes oficiais.

O cálculo do LAT considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetuadas.

O teste efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais.

u) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, às circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição.

As alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

5. Combinação de negócios

5.1. Grupo Nova Vida

Em 03 de julho de 2017 a Companhia concretizou a aquisição de 100% das cotas do Grupo Nova Vida pelo valor de R\$ 170.402.

Esta aquisição tem por objetivo fundamental na estratégia do Grupo Notre Dame Intermédica de continuar oferecendo planos de saúde de qualidade aos nossos clientes a um preço justo. Como resultado espera-se sinergia entre as empresas possibilitando maior cobertura assistencial na região de Itapevi com uma oferta maior de rede hospitalar e centros clínicos.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Grupo Nova Vida e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição:

<u>Em 30 de junho de 2017</u>	<u>Grupo Nova Vida</u>
Total da contraprestação transferida	150.402
Parcela retida ¹	20.000
Caixa e equivalentes de caixa	500
Aplicações financeiras	7.058
Contas a receber	2.718
Créditos tributários e previdenciários	74
Estoques	704
Outros ativos	220
Circulante	11.274
Ativo fiscal diferido	8.597
Depósito judicial	30
Contas a receber decorrente de contingências	11.006
Imobilizado	23.540
Intangível	74
Não circulante	43.247
Total de ativo	54.521
Fornecedores	1.635
Salários a pagar	5.798
Tributos e encargos sociais a recolher	852
Circulante	8.285
Outros passivos	4.742
Contingências	19.658
Não circulante	24.400
Total de passivo	32.685
Total do passivo assumido	21.836
Ágio gerado na transação	148.566
Total da contraprestação	170.402

¹ Parcela retida – O contrato prevê qual o valor será retido por um período de 6 anos a partir da data de fechamento de forma a garantir as obrigações de indenizar da vendedora, devendo ser liberado total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação do CDI.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Nova Vida (combinação de negócios), conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente.

Em acordos dos acionistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar. A investida reconheceu uma provisão para contingências no valor de R\$ 11.006, o qual

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

a sua contrapartida também foi reconhecida em outros ativos para fins de reembolso pelos antigos quotistas quando de sua ocorrência.

O valor justo das contas a receber é de R\$ 2.718. Não identificamos perda no saldo a receber, e espera-se que o valor identificado possa ser totalmente recebido nas datas de vencimento.

O Ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame.

Os custos diretamente relacionados a esta aquisição, reconhecidos no resultado como despesas administrativas totalizaram R\$ 781.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de julho de 2017 inclui o valor de receitas gerado pelo Grupo Nova Vida de R\$ 47.611. O Grupo Nova Vida também contribuiu com um lucro de R\$ 16.543 no mesmo período.

Se o Grupo Nova Vida tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2017, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida pro forma de R\$ 81.775 e lucro pro forma de R\$ 228. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

5.2. Hospital São Bernardo

Em 20 de Abril de 2017 a Companhia concretizou a aquisição de 100% das ações do Hospital São Bernardo S.A, pelo valor de R\$ 198.741.

A aquisição tem objetivo contribuir estrategicamente para a consolidação do Grupo Notre Dame na região do ABCD paulista, aumentando seu atendimento verticalizado e sua rede de hospitais de pronto-atendimento.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Hospital São Bernardo S.A. e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição:

<u>Em 31 de março de 2017</u>	<u>HSB</u>
Total da contraprestação transferida	164.210
Parcela retida ¹	34.531
Caixa e equivalentes de caixa	2.133
Aplicações financeiras	9.495
Contas a receber	25.340
Créditos tributários e previdenciários	415
Estoques	969
Outros ativos	104
Circulante	38.456
Ativo fiscal diferido	18.155
Depósito judicial	911
Outros ativos	30
Investimentos	1
Imobilizado	72.347
Intangível	88
Não circulante	91.532
Total de ativo	129.988
Fornecedores	11.979
Salários a pagar	20.389
Tributos e encargos sociais a recolher	2.761
Empréstimos e financiamentos a pagar	2.118
Outros passivos	2.884
Circulante	40.131
Provisão para tributos diferidos	5.985
Provisões para ações judiciais	29.920
Empréstimos e financiamentos a pagar	2.863
Não circulante	38.768
Total de passivo	78.899
Total do ativo assumido	51.089
Ágio gerado na transação	147.652
Total da contraprestação	198.741

¹ Parcela retida – O contrato prevê qual o valor será retido por um período de 5 anos a partir da data de fechamento de forma a garantir as obrigações de indenizar da vendedora, devendo ser liberado total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação do CDI.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Hospital São Bernardo S.A. (combinação de negócios), conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

O valor justo das contas a receber é de R\$ 25.340. Não identificamos perda no saldo a receber, e espera-se que o valor identificado possa ser totalmente recebido nas datas de vencimento.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame.

Os custos diretamente relacionados a esta aquisição, reconhecidos no resultado como despesas administrativas totalizaram R\$ 1.008.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de abril de 2017 inclui o valor de receitas gerado pelo Hospital São Bernardo de R\$ 110.815. O Hospital São Bernardo também contribuiu com um lucro de R\$ 21.092 no mesmo período.

Se o Hospital São Bernardo tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2017, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida *pro forma* de R\$ 147.659 e prejuízo *pro forma* de R\$ 2.658. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

5.3. Hospital Samci - Ibrage

Em 10 de Março de 2017 a Companhia concretizou a aquisição de 100% das cotas do Hospital Tijuca – Serviço de Assistência Médica – Cirurgia Infantil Ltda e Ibrage Saúde Ltda (anteriormente denominado Ibrage Locação e Arrendamento de Imóveis Ltda – ME), conforme contrato de compra e venda assinado em 27 de dezembro de 2017, pelo valor de R\$ 45.500.

A aquisição tem como objetivo maior penetração da Operadora Notre Dame Intermédica na cidade do Rio de Janeiro, aumentando seu atendimento verticalizado e sua rede de hospitais de pronto-atendimento.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Hospital Samci-Ibrage e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição:

Em 28 de fevereiro de 2017

	<u>SAMCI-IBRAGE</u>
Total da contraprestação transferida	35.500
Parcela retida ¹	10.000
Caixa e equivalentes de caixa	2.729
Contas a receber	695
Créditos tributários e previdenciários	13
Estoques	281
Outros ativos	179
Circulante	3.897
Contas a receber decorrente de contingências	15.672
Imobilizado	25.866
Intangível	100
Não circulante	41.638
Total de ativo	45.535
Fornecedores	759
Salários a pagar	1.462
Tributos e encargos sociais a recolher	263
Empréstimos e financiamentos a pagar	524
Outros passivos	651
Circulante	3.659
Tributos e encargos sociais a recolher	34
Provisões para ações judiciais	18.524
Empréstimos e financiamentos a pagar	50
Não circulante	18.608
Total de passivo	22.267
Total do ativo assumido	23.268
Ágio gerado na operação	22.232
Total da contraprestação	45.500

¹ Parcela retida – O contrato prevê qual o valor será retido por um período de 5 anos a partir da data de fechamento de forma a garantir as obrigações de indenizar da vendedora, devendo ser liberado total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação do CDI.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Samci-Ibrage (combinação de negócios), conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente.

Em acordos dos acionistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar. A investida reconheceu uma provisão para contingências no valor de R\$ 15.672, o qual a sua contrapartida também foi reconhecida em outros ativos para fins de reembolso pelos antigos quotistas quando de sua ocorrência.

O valor justo do contas a receber é de R\$ 695 (SAMCI e IBRAGE) e não houve perda por redução ao valor recuperável no contas a receber de clientes, e espera-se que o valor registrado possa ser recebido integralmente.

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame.

Os custos diretamente relacionados a esta aquisição, reconhecidos no resultado como despesas administrativas totalizaram R\$ 327.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de março de 2017 inclui o valor de receitas gerado pelo Samci-Ibrage de R\$ 36.215. O Samci-Ibrage também contribuiu com um prejuízo de R\$ 5.675 no mesmo período.

Se Hospital Samci-Ibrage tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2017, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida *pro forma* de R\$ 41.309 e prejuízo *pro forma* de R\$ 16.825. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

6. Gerenciamentos de riscos

A Operadora opera exclusivamente com planos de saúde e odontológico e rede própria de hospitais e prontos atendimentos destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e clientes individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A Administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

a. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber de clientes) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos é utilizada em acordo com a Resolução Normativa nº 418/2016 da ANS. Em acordo com as deliberações do CPC 01 – Redução ao valor recuperável e CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração.

A Companhia procura priorizar as aplicações diretamente em títulos públicos ou aplicação de baixo risco em bancos de primeira linha, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392 de 9 de dezembro de 2015, alterada pela RN 419 de 26 de dezembro de 2016, da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

b. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

b.1 Gerenciamento do risco de liquidez

Aplicações financeiras

Liquidez	Disponível e aplicações financeiras	2017		2016	
		Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Imediata	Disponível	24.930	2%	28.923	4%
	Certificado de depósitos bancário - CDB - pós, Debêntures				
Imediata	Compromissadas, Fundos de Renda Fixa aberto e outros	1.042.410	83%	478.176	69%
De 31 a 120 dias	Letras Financeiras do Tesouro – LFT	67.444	5%	-	-
De 241 a 360 dias	Letras Financeiras do Tesouro – LFT	64.019	5%	11.388	2%
Acima de 361 dias	Letras Financeiras do Tesouro – LFT	57.610	5%	171.868	25%
		1.256.413	100%	690.355	100%

Em conformidade com a Resolução Normativa 419/2016 da ANS a Operadora mantém aplicações financeiras garantidoras para a cobertura das Reservas técnicas no montante de R\$ 526.849 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 460.001 em 31 de dezembro de 2016).

b.2 Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Gestão de Ativos e Passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (*Assets and Liabilities Management*). Esta metodologia consiste num processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com determinado nível de risco.

c. Risco cambial

A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de câmbio afeta principalmente as aplicações financeiras em fundo cambial. A variação no câmbio pode afetar ainda o resultado financeiro da Companhia em função da variação da moeda estrangeira na qual a aplicação se refere. A Operadora tem exposição ao risco de variação cambial em aplicações financeiras.

Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial projetada por instituições financeiras para 2017 (Taxa projetada US\$1.00 - R\$ 3,1919 comparativa a taxa de fechamento US\$ 1,00 – R\$ 3,3080). Para os cenários I e II estas taxas foram acrescida/diminuída em 25% e 50%, respectivamente.

Aplicações financeiras	Taxa de fechamento - USD	Taxa projetada - USD	R\$	Provável	Cenário I		Cenário II					
					USD	-25%	USD	+25%	USD	-50%	Taxa	+50%
Fundos cambiais	3,3080	3,1919	1.151	(40)	2,3939	(318)	3,9899	237	1,5960	(596)	4,7879	515
			1.151	(40)		(318)		237		(596)		515

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

d. Risco de Seguro

O modelo de negócio da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, sendo que no segmento odontológico o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e estruturação de plano de assistência à saúde e odontológica são levados em consideração o custo dos atendimentos, o modelo de atendimento que o beneficiário irá receber, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e odontológica, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Adicionalmente, a Companhia também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos a Companhia monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade.

e. Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras e na captação de debêntures.

A Companhia adota a política de aplicação, em títulos exclusivamente pós-fixados, o portfólio financeiro da Companhia está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico – Certificado de Depósito Bancário (CDB), sendo o restante indexado à taxa SELIC. Pelo fato de não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, a mesma não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 7.

A Operadora possui captação em Empréstimos e Financiamentos e em Debêntures e, ficando exposta a variação da taxa CDI + spread.

A composição dos Empréstimos e Financiamentos e das Debêntures estão sendo apresentado nas notas explicativas nº22 e 23, respectivamente.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade a Operadora adotou taxas vigentes em datas próximas a da apresentação das referidas informações financeiras, utilizando para Selic e CDI na

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescida/diminuída em 25% e 50%.

Desta forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses considerando os saldos em 31 de dezembro de 2017:

				Consolidado								
				Cenário I				Cenário II				
		% - a.a.	R\$	Provável	Taxa	-25%	Taxa	+25%	Taxa	-50%	Taxa	+50%
Aplicações financeiras												
CDBs	CDI	7,0%	443.129	30.974	5,2%	23.230	8,7%	38.717	3,5%	15.487	10,5%	46.461
LFTs	Selic	7,0%	189.073	13.235	5,3%	9.926	8,8%	16.544	3,5%	6.618	10,5%	19.853
Fundo de renda fixa abertos	Selic	7,0%	341.737	23.922	5,3%	17.941	8,8%	29.902	3,5%	11.961	10,5%	35.882
Operações compromissadas	Selic	7,0%	256.382	17.947	5,3%	13.460	8,8%	22.433	3,5%	8.973	10,5%	26.920
Outros	Selic	7,0%	11	1	5,3%	1	8,8%	1	3,5%	-	10,5%	1
			1.230.332	86.079		64.558		107.597		43.039		129.117
Empréstimos e financiamentos												
Empréstimos e financiamentos	CDI + 2,17%a.a.	9,3%	(150.367)	(14.001)	7,5%	(11.317)	11,1%	(16.686)	5,7%	(8.632)	12,9%	(19.371)
Empréstimos e financiamentos	109%a.a.CDI	7,6%	(154.816)	(11.795)	5,7%	(8.846)	9,5%	(14.744)	3,8%	(5.898)	11,4%	(17.693)
Empréstimos e financiamentos	85%a.a.CDI+1,95%a.a.	8,0%	(332.000)	(26.601)	6,5%	(21.574)	9,5%	(31.629)	5,0%	(16.546)	11,0%	(36.657)
Outros	CDI	7,0%	(1.272)	(89)	5,2%	(67)	8,7%	(111)	3,5%	(44)	10,5%	(133)
			(638.455)	(52.486)		(41.804)		(63.170)		(31.120)		(73.854)
Debêntures												
Debêntures - Notre Dame (1ª)	CDI + 3,45%a.a.	10,7%	(216.419)	(23.116)	8,9%	(19.203)	12,5%	(27.028)	7,1%	(15.291)	14,3%	(30.940)
Debêntures - Notre Dame (2ª)	108,5% a.a. do CDI	7,6%	(299.089)	(22.683)	5,7%	(17.012)	9,5%	(28.353)	3,8%	(11.341)	11,4%	(34.024)
			(515.508)	(45.799)		(36.215)		(55.381)		(26.632)		(64.964)
Efeito líquido no resultado financeiro				(12.206)		(13.461)		(10.954)		(14.713)		(9.701)

7. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

		2017				2016						
		Vencimentos			Valor	Valor						
Valor justo por meio do resultado	Níveis	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Sem vencimento	contábil	Valor justo	Valor justo					
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	1	131.463	57.610	-	189.073	189.073	183.256					
Certificado Depósitos Bancários – CDB	2	382.943	37.598	-	420.541	420.541	130.179					
Operações compromissadas (iii)	2	256.382	-	-	256.382	256.382	3.954					
Fundos de renda fixa abertos (iv)	2	-	-	341.737	341.737	341.737	246.110					
Fundo Cambial (iv)	2	1.151	-	-	1.151	1.151	97.927					
Outros títulos de renda fixa	2	-	-	12	12	12	6					
		771.939	95.208	341.749	1.208.896	1.208.896	661.432					
Valor justo por meio do resultado												
Certificado Depósitos Bancários – CDB (ii)	2	56	22.531	-	22.587	22.587	-					
		56	22.531	-	22.587	22.587	-					
Total		771.995	117.739	341.749	1.231.483	1.231.483	661.432					

- (i) Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- (ii) A Companhia adota a política de aplicação em títulos majoritariamente pós-fixados de emissão de instituições financeiras em Certificados de Depósito Bancário – CDBs emitidos sempre por bancos de primeira linha, com liquidez imediata, e com operações compromissadas lastreadas em debêntures, emitidas por empresas de leasing controladas pelas instituições de grande porte do mercado brasileiro e com garantia de recompra.
- (iii) Operações compromissadas lastreadas com debêntures com os seguintes emissores: Banco Bradesco, Banco Itaú e Banco Santander.
- (iv) Os fundos são administrados pelo Itaú *Asset Management* e Bradesco *Asset Management*.

As aplicações têm remuneração diária vinculada ao CDI e Selic com vencimentos variáveis até março de 2021.

As aplicações classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” são contabilizadas no ativo circulante independentemente de seu vencimento (com exceção da aplicação vinculada à obrigação contratual que é registrada no ativo não circulante).

As aplicações classificadas na categoria “Mantidas até o vencimento” são contabilizadas conforme prazo de vencimento e estão vinculadas como ativos garantidores para as coberturas das provisões técnicas da Companhia.

A composição do rating por instituições financeiras para o CDBs é como segue:

Emissores	CDBs				
	2017	Rendimento % em do CDI	Rating Nacional - Longo Prazo	2016	Rendimento % em do CDI
Banco Santander (Brasil) S.A.	76.779	98,8%	A-	85.022	101,1%
Caixa Econômica Federal	11.741	98,3%	AA+(bra)	44.579	100,8%
Banco Bradesco S.A.	22.587	98,5%	AAA(bra)	51	100,0%
Banco Citibank	332.021	25,0%	AAA(bra)	527	90,0%
	443.128			130.179	

Fonte: Rating Nacional - Longo Prazo - classificação conforme agência FitchRatings

a) Movimentação das aplicações financeiras

	2017	2016
Saldo inicial do exercício	661.432	472.238
Saldo incorporado (i)	-	169.337
Aplicações	2.771.266	2.482.639
Resgates	(2.253.940)	(2.536.026)
Receitas (Despesas) com variação cambial	4.298	(3.368)
Resultado financeiro	49.080	77.289
Ajuste a valor de mercado	(653)	(677)
Saldo final do exercício	1.231.483	661.432

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

(i) Saldos incorporados das empresas Interodonto, Santamália, Hospital Bosque Saúde e Hospital Montemagno em 31 de março de 2016.

b) Garantia das provisões técnicas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Compromissadas	252.963	-
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	73.392	80.058
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	189.073	183.256
Fundos de Investimentos	11.422	196.687
Imóveis	107.381	74.733
Total	<u>634.231</u>	<u>534.734</u>
(-) Provisões técnicas	<u>(564.305)</u>	<u>(515.159)</u>
Suficiência de cobertura	<u>69.926</u>	<u>19.575</u>

c) Desempenho da carteira de aplicações financeiras

A Administração mensura o desempenho sobre o valor justo de suas aplicações através da Taxa Interna de Retorno (TIR) no período, utilizando como parâmetro a variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2017 o desempenho médio no ano da carteira da Operadora atingiu 100,06% do CDI (99,91% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

d) Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros são definidos pelo administrador e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Para a determinação do valor justo das debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA e para aquelas sem cotação utiliza-se metodologia própria – “*mark to model*” – com base nas cotações de negócios realizados e divulgados no Sistema Nacional de Debêntures (SND).

As aplicações financeiras vinculadas são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

8. Créditos de operações com planos de assistência à saúde e Créditos de operações de assistência à saúde não relacionado com Planos de Saúde da Operadora.

O contas a receber de clientes refere-se as operações relacionados com plano de saúde e de serviços relacionados a assistência à saúde, gerados pelas operações da Companhia.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	160.571	128.125
(-) Provisão para perdas sobre crédito	<u>(18.609)</u>	<u>(18.282)</u>
	<u>141.962</u>	<u>109.843</u>

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	83.634	50.795
(-) Provisão para perdas sobre crédito	<u>(2.476)</u>	<u>(1.560)</u>
	<u>81.158</u>	<u>49.235</u>

Os valores com vencimento a partir de 90 dias e que não estejam provisionados para perda estão amparados por depósitos para garantia ou são decorrentes de valores de glosas de prestação de serviços médicos hospitalares dentro dos prazos contratuais.

A abertura do saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	<u>2017</u>		
	<u>Saldo</u>	<u>PDD</u>	<u>Saldo líquido</u>
<u>A vencer:</u>			
De 1 a 30 dias	818	-	818
Acima de 30 dias	91.472	(92)	91.380
<u>Vencidos:</u>			
De 1 a 30 dias	39.269	(377)	38.892
De 31 a 90 dias	13.326	(2.454)	10.872
Acima de 90 dias	15.686	(15.686)	-
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	<u>160.571</u>	<u>(18.609)</u>	<u>141.962</u>

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	2016		
	Saldo	PDD	Saldo líquido
<u>A vencer:</u>			
De 1 a 30 dias	36.473	(1.540)	34.933
Acima de 30 dias	31.394	(1.714)	29.680
<u>Vencidos:</u>			
De 1 a 30 dias	39.105	(3.785)	35.320
De 31 a 90 dias	14.267	(6.177)	8.090
Acima de 90 dias	6.887	(5.067)	1.820
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	128.126	(18.283)	109.843

	2017		
	Saldo	PDD	Saldo líquido
<u>A vencer:</u>			
De 1 a 30 dias	1.009	-	1.009
Acima de 30 dias	38.132	(74)	38.058
<u>Vencidos:</u>			
De 1 a 30 dias	24.513	(18)	24.495
De 31 a 90 dias	17.625	(29)	17.596
Acima de 90 dias	2.355	(2.355)	-
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	83.634	(2.476)	81.158

	2016		
	Saldo	PDD	Saldo líquido
<u>A vencer:</u>			
De 1 a 30 dias	11.683	(84)	11.599
Acima de 30 dias	12.262	(29)	12.233
<u>Vencidos:</u>			
De 1 a 30 dias	13.723	(166)	13.557
De 31 a 90 dias	12.529	(683)	11.846
Acima de 90 dias	598	(598)	-
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	50.795	(1.560)	49.235

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A movimentação das contas a receber é como segue:

Movimentação dos créditos de operações com planos de assistência à saúde

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial do exercício	109.843	70.465
Saldo incorporado	-	15.332
Contraprestações líquidas	4.875.798	3.883.428
Recebimentos	(4.973.940)	(3.893.318)
Responsabilidade transferida	91.679	75.154
(Provisão) / reversão para perda sobre crédito	(326)	43.280
Perda com créditos	38.908	(84.498)
Saldo no final do exercício	141.962	109.843

Movimentação dos créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial do exercício	49.235	32.235
Saldo incorporado	11.880	9.929
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora	347.077	210.846
Co-participação	99.558	73.111
Recebimentos	(425.779)	(279.977)
(Provisão) / reversão para perda sobre crédito	(813)	3.091
Saldo no final do exercício	81.158	49.235

A movimentação das provisões para perdas sobre crédito é como segue:

	<u>Planos de saúde</u>	<u>Não relacionado com plano de saúde</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(51.143)	(4.454)	(55.597)
Saldo incorporado	(10.420)	(197)	(10.617)
Constituição	(41.780)	(1.586)	(43.366)
(-) Reversão (i)	85.060	4.677	89.737
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(18.283)	(1.560)	(19.843)
Saldo incorporado	-	(103)	(103)
Constituição	(57.697)	(2.900)	(60.597)
(-) Reversão	57.371	2.087	59.458
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(18.609)	(2.476)	(21.085)

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- (i) O montante refere-se à reversão de provisão para devedores duvidosos que foram avaliados pela Administração como sem expectativa de recebimento e baixados para perda.

9. Despesas diferidas e despesas de comercialização diferidas

As despesas de comercialização são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou expectativa conforme NTA e são refletidas no saldo da conta "Despesas de comercializações diferidas" no ativo circulante e não circulante. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as despesas de comercialização diferidas estão compostas da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo no início do exercício	97.654	36.452
Saldo incorporado	-	1.820
Constituições	203.316	122.959
(-) Amortização	(78.125)	(63.577)
Saldo no final do exercício	222.845	97.654
Ativo circulante	105.960	39.653
Ativo não circulante	116.885	58.001

10. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto de renda	5.672	6.349
Contribuição social sobre o lucro	3.397	2.005
Imposto de renda retido na fonte	5.658	2.518
Crédito de previdência social	4.083	2.135
Créditos de PIS e COFINS	2.659	7.419
Crédito de ISS	528	510
Créditos tributários e previdenciários	21.997	20.936

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

11. Bens e títulos a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depósito judicial ISS – SP (a)	124.407	73.854
Estoques (b)	26.427	26.794
Adiantamento a funcionários	12.663	4.014
Adiantamento de comissões	7.991	6.177
Adiantamento a fornecedores (c)	18.014	13.598
Outros títulos a receber	5.954	4.859
	<u>195.456</u>	<u>129.296</u>

(a) Refere-se a depósitos judiciais relativos à Imposto sobre Serviços (ISS). O valor depositado é relacionado à provisão demonstrada na nota explicativa nº 20 em virtude do depósito ser realizado na data de vencimento do tributo, ou seja, no mês subsequente ao da provisão há um descasamento entre o depósito judicial e a provisão.

(b) Estoques

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Material cirúrgico	13.294	11.981
Medicamentos	10.586	10.841
Outros	2.547	3.972
	<u>26.427</u>	<u>26.794</u>

(c) Refere-se, basicamente, a aquisição de prédio localizado à Rua Dr. Antônio Bento, nº 107 e 178 no Bairro Santo Amaro – São Paulo – SP, através de leilão no montante R\$10.963, antecipação de pagamento diversos no montante de R\$ 7.051 (em 2016, refere-se a adiantamento no valor de R\$ 10.000 para aquisição das quotas e imóvel das empresas Tijuca Serv. De Assist. Medica Cirurg. Infantil Ltda. – SAMCI e IBRAGE Locação e Arrendamento de Imóveis Ltda. - ME e outros adiantamentos).

12. Títulos e créditos a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber de planos de saúde - depósito judicial	10.301	12.272
Depósitos caução	2.098	2.098
Outros títulos	36	207
	<u>12.435</u>	<u>14.577</u>

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

13. Ativo fiscal diferido e provisão para tributos diferidos

<u>Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		<u>(Reapresentado)</u>
Depreciações e amortizações	21.880	20.418
Contingências cíveis	14.084	4.535
Contingências fiscais	15.036	32.429
Contingências trabalhistas	16.138	11.053
Provisão para perdas sobre crédito (PCLD)	10.513	6.747
Provisão de eventos do SUS	34.264	31.168
Crédito fiscal de ágio apurado na incorporação (*)	284.818	359.335
Provisão infrações ANS	3.053	6.258
Outras adições	27.062	6.246
Ativo fiscal diferido	426.848	478.189
 <u>Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:</u>		
Correção monetária de depósito judiciais	(21.889)	(24.205)
Amortização do intangível para fins fiscais	(4.831)	(4.909)
Passivo fiscal diferido sobre amortização de ágio para fins fiscais	(19.292)	(6.216)
Outros	(929)	(929)
Provisão para tributos diferidos	(46.941)	(36.259)
Total do imposto diferido líquido (ativo e passivo)	379.907	441.930

(*) Crédito fiscal referente a incorporação das empresas Bain Capital Brazil Participações Ltda. em 30 de novembro de 2014, o qual deverá ser consumido no prazo de 10 anos, com base na estimativa de lucros futuros apurados em laudo de avaliação realizado por empresa independente.

O crédito fiscal prevê as seguintes realizações:

Ano	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>Total</u>
Curto prazo	99.529	-	-	-	-	-	-	-	99.529
Longo prazo	-	80.900	43.026	55.894	55.894	36.540	36.540	18.525	327.319
									426.848

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia havia realizado amortização de ágio no montante de R\$ 732.514 (R\$ 237.453 em 2016), gerando aproveitamento de créditos fiscais no valor R\$ 249.657 (R\$ 162.070 até 2016) desde a constituição, equivalente a 42,78% (29,12% até 2016) do valor total do crédito fiscal, estando em conformidade com o estudo técnico e com o plano de negócios e projeções da Administração.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A realização do crédito fiscal da Operadora está em conformidade com o estudo técnico e com o plano de negócios e projeções da Administração da Companhia.

A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do período é demonstrada como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro antes dos impostos	572.301	371.181
À alíquota fiscal de 34%	(194.582)	(126.202)
Equivalência patrimonial	10.504	4.610
Remuneração variável dos administradores	779	(7.168)
Juros Sobre o Capital Próprio	16.662	-
Outras exclusões (adições) permanentes	(3.472)	13.662
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	(170.109)	(115.098)
À alíquota efetiva	30%	31%
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:		
Imposto de renda diferido sobre a diferença de base do ágio (contábil x fiscal)	(87.594)	(76.572)
Depreciação e amortização	21.880	20.418
Provisão para ações judiciais	1.699	5.143
Provisão para perda	1.262	(14.687)
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS	3.593	8.970
Correção monetária de depósitos judiciais	3.995	(17.281)
Outros	(9.051)	(3.211)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	(64.216)	(77.220)

14. Depósitos judiciais e fiscais

	Depósitos judiciais						
	<u>2016</u>	Saldo incorporado	Adição/baixas depósitos	Provisão perdas	Atualização	Reclassificação	<u>2017</u>
Fiscais	74.718	23	(12)	-	948	1.029	76.706
Trabalhista	22.517	518	3.864	(9.959)	1.248	-	18.188
Cíveis	22.695	-	12.912	(1.674)	4.455	-	38.388
Depósitos judiciais – SUS	71.214	-	(278)	(1.462)	5.220	-	74.694
Outros depósitos	17.739	-	221	-	2.293	(1.029)	19.224
	208.883	541	16.707	(13.095)	14.164	-	227.200

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Depósitos judiciais				
	2015	Saldo incorporado	Adição/baixas depósitos	Atualização	2016
Fiscais	69.608	-	(31)	5.141	74.718
Trabalhista	17.824	(386)	3.790	1.289	22.517
Cíveis	14.757	1.005	5.743	1.190	22.695
Depósitos judiciais – SUS	54.157	-	11.225	5.832	71.214
Outros depósitos	16.149	-	275	1.315	17.739
	172.495	619	21.002	14.767	208.883

Destacamos a seguir a origem para as Controladas de a Companhia efetuar os depósitos judiciais:

Fiscais – vide nota explicativa 24;

Trabalhistas – vide nota explicativa 24;

Cíveis – vide nota explicativa 24;

Depósitos judiciais – SUS – A Companhia questiona judicialmente os valores cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS a título de “Ressarcimento ao SUS”, que trata o artigo 32 da Lei nº 9.656/98. A Companhia não atribuiu prognóstico de risco por se tratar de garantia da efetivação da tutela jurisdicional; e

Outros depósitos – A Companhia possui demandas as quais precedem de depósitos judiciais para garantia da efetivação da tutela jurisdicional, motivo pelo qual não atribui prognóstico de risco.

15. Outros créditos a receber de longo prazo

	2017	2016
Depósitos caução	416	415
Partes relacionadas ¹	119.545	89.617
Bloqueios judiciais	9.120	12.747
Obrigações contratuais ²	12.607	-
Outros créditos	3	-
	141.691	102.779

¹ Transações com partes relacionadas com sua Controladora indireta Notre Dame Intermédica Participações S.A. (anteriormente denominada BCBH Participações S.A.), conforme nota explicativa 32.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Indenizações	119.545	75.542
Demais transações	-	14.075
	<u>119.545</u>	<u>89.617</u>

² Obrigações contratuais advindos de aquisições de empresas:

	<u>2017</u>
Family	3.823
Grupo Santamália	1.528
Hospital São Bernardo	7.256
	<u>12.607</u>

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

16. Investimentos

a) Movimentação do investimento na Companhia ocorreu da seguinte forma:

	Family	Santamália	SAMCI	IBRAGE	Hospital São Bernardo	Hospital nova Vida	Med Vida Assistencial	Nova Vida Assistencial	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2015	86.300	258.560	-	-	-	-	-	-	344.860
Ajuste investimento na incorporação empresas do grupo	-	(259.461)	-	-	-	-	-	-	(259.461)
AFAC em investida	2.200	-	-	-	-	-	-	-	2.200
Equivalência patrimonial do exercício	12.658	901	-	-	-	-	-	-	13.559
Amortização - Mais Valia	(4.111)	-	-	-	-	-	-	-	(4.111)
Ajuste no contrato de compra e venda	(2.055)	-	-	-	-	-	-	-	(2.055)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	94.992	-	-	-	-	-	-	-	94.992
Ajuste investimento na incorporação empresas do grupo	(94.992)	-	-	(30.060)	-	-	-	(33.000)	(158.052)
AFAC em investida	-	-	10.900	-	10.085	-	-	-	20.985
Investimentos adquiridos	-	-	15.430	30.000	199.435	80.401	57.007	33.000	415.273
Equivalência patrimonial do exercício	-	-	(6.072)	60	18.321	16.763	1.822	-	30.894
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	20.258	-	227.841	97.164	58.829	-	404.092
Ativo	-	-	10.748	-	95.284	27.058	4.952	-	
Passivo	-	-	23.209	-	49.057	18.591	985	-	
Patrimônio líquido	-	-	(12.461)	-	46.227	8.467	3.967	-	
Resultado do exercício	-	-	(16.825)	300	(4.096)	228	(4.350)	(208)	
% Participação societária	-	-	100%	100%	100%	100%	100%	100%	

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

17. Imobilizado

	Vida útil	Taxa anual de depreciação	2016	Incorporação	Adquiridas	Aquisições	Baixas	Reclassificação	Depreciações	2017
		- %a.a.								
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%	181.896	3.422	23.682	10.601	-	111.125	(4.898)	325.828
Veículos	1 a 10 anos	2%	567	-	-	-	(182)	63	(135)	313
Instalações	5 a 10 anos	14%	2.083	360	-	65	(39)	1.368	(343)	3.494
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%	23.475	2.290	-	13.805	(1.532)	32.836	(10.606)	60.268
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%	41.669	438	-	9.872	(765)	(20.536)	(2.814)	27.864
Equipamentos de computação	5 a 15 anos	25%	5.324	110	-	16.957	(72)	2.951	(4.080)	21.190
Imobilizações em curso	-	-	130.471	1.844	-	32.590	-	(139.600)	-	25.305
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	19.391	-	-	35.307	(1)	22.425	(15.423)	61.699
			404.876	8.464	23.682	119.197	(2.591)	10.632	(38.299)	525.961

	Vida útil	Taxa anual de depreciação	2015	Incorporação	Aquisições	Baixas	Reclassificação	Depreciações	2016
		- %a.a.							
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%	75.298	21.813	140.398	-	(51.078)	(4.535)	181.896
Veículos	1 a 10 anos	2%	92	624	1	-	-	(150)	567
Instalações	5 a 10 anos	14%	1.646	103	543	-	4	(213)	2.083
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%	9.648	6.466	24.813	(2.165)	1.692	(16.979)	23.475
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%	34.884	2.032	7.658	(388)	(207)	(2.310)	41.669
Equipamentos de computação	5 a 15 anos	25%	4.707	1.337	2.847	-	343	(3.910)	5.324
Imobilizações em curso	-	-	36.580	1.491	33.865	(133)	58.668	-	130.471
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	27.486	9.537	6.055	141	(9.349)	(14.479)	19.391
			190.341	43.403	216.180	(2.545)	73	(42.576)	404.876

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre a deterioração de ativos (“*impairment*”). Em 31 de dezembro de 2016 e 2017 não havia indicadores de *impairment* sobre o imobilizado.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

O montante de depreciação apurada no exercício é registrado no resultado nas rubricas “Eventos indenizáveis líquidos” e “Despesas administrativas” conforme notas explicativas 27 e 30, respectivamente.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo imobilizado das demais empresas do grupo.

18. Intangível

		2016	Saldo adquirido	Aquisições	Incorporação	Baixas	Reclassificação	Amortização	2017
Aquisição carteira plano saúde	Vida útil (a)	38.036	-	-	9.629	-	(11.845)	2.545	38.365
Sistema de computadores	20% a.a.	13.040	-	8.484	46	(13)	(2.325)	(3.646)	15.586
Ágio adquirido de combinação de negócios	Indefinida (b)	193.364	115.748	-	-	-	-	-	309.112
Ativos intangíveis	(c)	5.292	-	-	-	-	380	(1.638)	4.034
Outros ativos intangíveis	Indefinida (d)	12.603	-	-	3	-	3.158	(2.696)	13.068
		262.335	115.748	8.484	9.678	(13)	(10.632)	(5.435)	380.165

		2015	Aquisições	Incorporação	Baixas	Reclassificação	Amortização	2016
Aquisição carteira plano saúde	Vida útil (a)	375	21.892	753	-	18.923	(3.907)	38.036
Sistema de computadores	20% a.a.	6.986	7.108	1.116	-	(73)	(2.097)	13.040
Ágio adquirido de combinação de negócios	Indefinida (b)	-	71.475	121.889	-	-	-	193.364
Ativos intangíveis	(c)	-	-	24.215	-	(18.923)	-	5.292
Outros ativos intangíveis	Indefinida (d)	12.595	-	8	-	-	-	12.603
		19.956	100.475	147.981	-	(73)	(6.004)	262.335

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- (a) Aquisição da carteira de plano de saúde e odontológico sendo amortizada conforme quadro a seguir:

<u>Carteira</u>	<u>Vida útil</u>
Odontologica	3 a 5 anos
Saúde	6 a 11 anos

- (b) Refere-se aos ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura (combinação de negócios) com vida útil indefinida e força de trabalho, sempre que necessário apurado a recuperabilidade da unidade geradora de caixa (“*impairment*”).

<u>Grupo/Empresa</u>	<u>Data</u>	<u>Composição do ágio</u>	
		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Grupo Santamália	16-nov-15	125.405	125.405
Hospital Family	23-dez-15	77.149	77.149
Unimed ABC	23-set-16	71.476	71.476
SAMCI/IBRAGE	01-mar-17	10.945	-
Grupo Nova Vida	03-jul-17	24.137	-
		<u>309.112</u>	<u>274.030</u>

- (c) Refere-se à alocação dos ativos intangíveis identificáveis na aquisição de empresa (relacionamento com clientes, marcas e acordo de não concorrência) a serem amortizados conforme demonstrado a seguir:

<u>Ativos intangíveis</u>	<u>Vida útil</u>
Marcas	3 meses a 30 anos
Acordo de não concorrência	5 anos

- (d) Refere-se basicamente a ágio fundamentado na geração de lucros futuros pagos na aquisição de investimentos das empresas (Medicamp, RH Vida e Norclínicas) que foram posteriormente incorporadas. Até 31 de dezembro de 2008, esses valores eram amortizados linearmente pelo prazo de 5 anos. A partir dessa data, passaram a ser avaliados somente por testes de recuperabilidade (*impairment*).

O montante da amortização apurada no período é registrado no resultado nas rubricas “Eventos indenizáveis líquidos” e “Despesas administrativas” conforme notas explicativas 27 e 30, respectivamente.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

19. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	<u>Referência</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS	a. e b.	112.564	104.776
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	a.	351.775	329.386
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	c.(i).	184.289	151.446
Provisão de prêmio / contraprestação não ganha (PPCNG)	c.(ii).	52.838	45.076
Provisão para remissão	c.(iii).	1.166	765
		<u>702.632</u>	<u>631.449</u>
Circulante		692.653	620.512
Não circulante		9.979	10.937

a) Provisão de eventos / sinistro a liquidar para o SUS

Em 3 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê o ressarcimento ao SUS dos gastos incorridos no atendimento a usuários de planos de saúde quando da utilização da rede pública. A Companhia está contestando esta cobrança por meio de seus advogados, inclusive a constitucionalidade do ressarcimento ao SUS. Para esta demanda, a Companhia efetuou depósitos judiciais conforme descrito na nota explicativa nº 14.4.

b) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo no início do exercício	434.162	277.909
Saldo incorporado	-	62.201
Avisos, recebidos da rede credenciada líquidos de glosas	3.645.999	2.909.527
Gastos com rede própria classificada em eventos	(842.676)	(536.181)
Pagamentos efetuados para rede credenciada	(2.773.146)	(2.279.294)
Saldo no final do exercício	464.339	434.162

c) Variações das provisões técnicas

	<u>PEONA (i)</u>	<u>PPCNG (ii)</u>	<u>Remissão (iii)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	117.465	24.936	859
Saldo incorporado	17.642	12.818	1
Variação das provisões no exercício	16.339	7.322	(95)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	151.446	45.076	765
Variação das provisões no exercício	32.843	7.762	401
Saldo em 31 de dezembro de 2017	184.289	52.838	1.166

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- (i) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), classificado no passivo circulante, é apurado por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados a Operadora.
- (ii) Provisão de prêmios e contraprestações não ganhas (PPCNG), classificadas no passivo circulante, são receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.
- (iii) Provisão para remissão, classificado no passivo circulante e não circulante, são provisões para fazerem face à isenção de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.

20. Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto sobre serviços (ISS)	129.862	78.717
Contribuição previdenciária	4.746	2.534
FGTS	1.320	1.027
PIS e COFINS	6.661	9.246
Contribuições sindicais e assistenciais	87	52
Parcelamento de tributos e contribuições	1.088	1.741
Outros	906	360
Impostos devidos a recolher	<u>144.670</u>	<u>93.677</u>
Imposto de renda - funcionários	6.548	5.292
Imposto de renda - terceiros	3.600	2.085
Imposto sobre serviços	1.860	1.665
Contribuição previdenciária retida	954	653
Retenção PIS/COFINS/CSLL	6.042	4.753
Outros impostos retidos	120	65
Impostos retidos a recolher	<u>19.124</u>	<u>14.513</u>
Tributos e encargos a recolher	<u><u>163.794</u></u>	<u><u>108.190</u></u>

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

21. Débitos diversos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Obrigações trabalhistas	103.910	78.943
Fornecedores	56.019	45.746
Depósito de terceiros	10.656	7.431
Recebimento antecipado cliente	7.088	6.274
Débitos diversos	7.568	2.299
Obrigações contratuais (a)	20.287	48.924
Total circulante	<u>205.528</u>	<u>189.617</u>
Obrigações contratuais (a)	122.358	48.161
Outros	495	496
Total não circulante	<u>122.853</u>	<u>48.657</u>
	<u>328.381</u>	<u>238.274</u>

(a) Obrigações contratuais

Refere-se a obrigações contratuais nas aquisições de empresas, como demonstrado abaixo:

	<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Amortização</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Grupo Santamália	CDI	22/07/2020	Única	6.372	5.799
Family Hospital	CDI	01/05/2021	Única	13.867	10.948
Medtour	IGP-M	18/08/2018	Mensal	9.367	19.824
Unimed ABC	-	22/09/2022	Única	37.660	60.514
SAMCI	CDI	27/12/2021	Única	10.742	-
Hospital São Bernardo	CDI	23/02/2023	Única	43.826	-
Grupo Nova Vida	CDI	08/07/2022	Única	20.811	-
				<u>142.645</u>	<u>97.085</u>

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

22. Empréstimos e financiamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 os principais contratos de empréstimos e financiamentos eram compostos como segue:

						2017	
<u>Linha de crédito</u>	<u>Instituição financeira</u>	<u>Indexador</u>	<u>Garantia</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Amortização</u>	<u>Valor</u>	
Brazilian Real Note	Santander Exterior	100% CDI + 2,12 a.a.	-	19/06/2017 a 18/06/2018	Semestral	150.367	
NP Votorantim	Banco Votorantim	109% CDI	Avalista BCBF	10/08/2017 a 06/02/2018	Semestral	154.816	
Empréstimo Citibank	Citibank	85% CDI+Plus 1,955%	-	26/12/2017 a 28/12/2020	Semestral	332.000	
Outros						1.272	
						638.455	
						Circulante	306.007
						Não circulante	332.448
						638.455	

A Companhia entende que os empréstimos e financiamentos estão registrados próximo ao seu valor justo, classificado como nível 2.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos estão assim compostas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	2.283	2.034
Saldo incorporado	-	1.270
Captação	631.838	-
Amortização	(9.320)	(1.106)
AVP	62	12
Juros	13.592	73
Saldo Final	638.455	2.283

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

23. Debêntures a pagar

A Companhia emitiu debêntures conforme descrito abaixo, o saldo no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 é composto pelo montante de R\$55.952 (R\$59.702 em 31 de dezembro de 2016) no passivo circulante e R\$459.556 (R\$213.330 em 31 de dezembro de 2016) no passivo não circulante.

<u>Modalidade</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Emissão</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos médios</u>	<u>Captação</u>
1º emissão	300	2015	2021	CDI + 3,45% a.a.	300.000
2º emissão	300	2017	2019	108,5 % do CDI	300.000

a) Primeira emissão pública

A Companhia captou em 9 de novembro de 2015, o montante de R\$ 300.000, através de emissão de 300 debêntures não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 1.000, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço de capital de giro.

O prazo total da emissão é de 6 anos contados da data de emissão, sendo 1 ano de carência e está sujeito a atualizado com base na CDI, expressos na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas em divulgadas diariamente pela CETIP, acrescido de juros de 3,45% ao ano.

A remuneração será paga semestralmente a partir do 12º mês a contar da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 9 de novembro de 2016 e o último na data de vencimento em 9 de novembro de 2021.

b) Segunda emissão pública

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. captou em 12 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 300.000, através de emissão de 300 debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000, com esforços restritos de colocação, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço de capital de giro.

O prazo total da emissão é de 2 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga semestralmente onde a primeira será em junho de 2018 e a última em 15 de dezembro de 2019. A atualização corresponde a uma sobretaxa de 108,5% da variação acumulada das taxas médias do CDI, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A movimentação das debêntures pode ser assim demonstrada:

Saldo em 31/12/2015	302.222
Juros creditados em 2016	50.923
Apropriação do custos de captação	894
Apropriação do comissionamento	363
Pagamento principal	(27.270)
Pagamento de custos com reestruturação	(2.177)
Juros pagos	(51.923)
Saldo em 31/12/2016	273.032
Captação de debêntures	300.000
Custos de captação	(996)
Juros creditados em 2017 (nota 31)	33.867
Apropriação do custos de captação (nota 31)	1.278
Pagamento principal	(54.540)
Juros pagos	(37.133)
Saldo em 31/12/2017	515.508

A amortização do saldo das debêntures ocorrerá conforme cronograma abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>31 de dezembro de 2017</u>
12 meses	55.952	-	55.952
13 a 24 meses	-	352.785	352.785
25 a 36 meses	-	53.283	53.283
37 a 48 meses	-	53.488	53.488
	55.952	459.556	515.508

As debêntures possuem “*Covenants*” financeiros e operacionais, sendo que o principal está relacionado com a manutenção da relação dívida líquida pelo EBITDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, mensurado a cada três meses.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2017 a Operadora encontra-se adimplente com os “*Covenants*”.

A Operadora entende que as debêntures estão registradas próximas de seu valor justo e classificadas como nível 2.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Garantias

As garantias constituídas na 1ª emissão de debêntures da BCBF Participações S.A. (Controladora) serão compartilhadas com a Companhia, nos termos da legislação vigente, através de alienação fiduciária de 100% das ações da própria Companhia e da BCBF Participações S.A. conforme item 7.11.1 do instrumento particular de escritura de 1ª emissão de debêntures.

24. Provisões para ações judiciais e fiscais

Durante o curso normal de seus negócios, a Operadora fica exposta a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Operadora, para os casos em que a perda é considerada provável:

Provisões para ações judiciais						
	Saldo					
	2016	incorporado	Principal/reversão	Pagamentos	Atualização	2017
Fiscais	95.382	-	(25.234)	-	5.528	75.676
Trabalhista	57.045	4.448	21.097	(9.979)	5.468	78.079
Cíveis	71.112	1.897	36.830	(17.430)	1.638	94.047
	223.539	6.345	32.693	(27.409)	12.634	247.802

Provisões para ações judiciais						
	Saldo					
	2015	incorporado	Principal/reversão	Pagamentos	Atualização	2016
Fiscais	92.423	2.437	(3.998)	-	4.520	95.382
Trabalhista	12.501	27.080	22.326	(7.694)	2.832	57.045
Cíveis	40.353	5.869	39.322	(18.300)	3.868	71.112
	145.277	35.386	57.650	(25.994)	11.220	223.539

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais

- A Companhia questiona judicialmente a incidência do ISS (Município de São Paulo) sobre seu faturamento durante o período de novembro de 2001 a dezembro de 2002. Em decisão de 1ª instância foi julgado procedente a ação. Diante do acórdão que deu provimento ao recurso de apelação da municipalidade, foram opostos embargos infringentes. Aguarda-se julgamento.

A Companhia discute judicialmente o direito à incidência do ISS sobre diferença entre os valores recebidos na atividade de Plano de Saúde e os repassados a terceiros que efetivamente prestarem o serviço. Houve expedição de liminar em mandato de segurança, com respaldo em jurisprudência do STJ que pacificou entendimento sobre a matéria. Diante disto, o escritório de advocacia que patrocina a ação emitiu “*legal opinion*” classificando o prognóstico de perda como possível. A Companhia efetuou no exercício a reversão dos valores provisionados.

- A Companhia questiona judicialmente a tributação do ISS no Município de Campinas sobre as atividades desenvolvidas nesta municipalidade e a constitucionalidade do item 4.23 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 e da Lei Municipal nº 11.829.
- A Companhia questiona judicialmente uma Execução Fiscal indevida objetivando a cobrança de suposto crédito tributário a título de ISS referente ao exercício de 2005. Foi determinada judicialmente a suspensão da Execução Fiscal e a Companhia aguarda julgamento dos Embargos.
- A Companhia questiona judicialmente a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre a alíquota prevista para a contribuição ao SAT/RAT determinando-se à Autoridade co-autora que se abstenha da prática de quaisquer atos tendentes à cobrança dos valores supostamente devidos, em razão da aplicação desse fator, dentre eles a negativa de renovação da Certidão de Regularidade Fiscal. Requer-se, outrossim, o reconhecimento do direito de crédito da Impetrante.
- A Companhia questiona judicialmente a não incidência das contribuições previdenciárias previstas no inciso III, artigo 22 da Lei n.º 8.212/1991 sobre os valores pagos aos profissionais autônomos da área de saúde credenciados (contribuintes individuais) que prestam serviços ao segurado contratante. Em 31 de março de 2016 a controlada Notre Dame Intermédica Saúde efetuou a reversão de R\$12.553 de acordo com a mudança de prognóstico dos nossos advogados.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- Referem-se basicamente à auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, baseado na premissa de suposta existência de relação de vínculo empregatício com terceiros (pessoas jurídicas).

Trabalhistas

A Companhia é parte reclamada em certas ações de natureza trabalhista, sendo que aquelas com probabilidade de perda provável encontram-se provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos seus consultores jurídicos.

Cíveis

A Companhia é parte reclamada em certas ações de natureza cível, sendo que aquelas com probabilidade de perda provável encontram-se provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos seus consultores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou outras ações de natureza cíveis e trabalhistas no montante total reclamado de R\$ 350.474 (R\$ 336.071 em 31 de dezembro de 2016), que de acordo com consultores jurídicos da Companhia apresentam probabilidades de perda possível, motivo pela qual não foram provisionadas.

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social é de R\$ 763.354 (R\$ 763.354 em 31 de dezembro de 2016) totalmente subscrito e integralizado.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 31 de março de 2016, foi aprovado o aumento de capital social da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. através da incorporação da Interodonto – Sistema de Saúde Odontológica Ltda.. Em decorrência desta incorporação, todas as quotas representativas do capital social da Interodonto foram extintas e foram emitidas 74.444.385 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia de R\$ 621.910 para R\$ 763.354 (de 458.241.495 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal para 532.685.880 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal).

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Segue movimentação das quantidades de ações da Companhia:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	458.241.495
Emissão de ações - incorporação (Interodonto - Sist. Saúde Odontológica Ltda.)	74.444.385
Saldo em 31 de dezembro de 2016	532.685.880
Saldo em 31 de dezembro de 2017	532.685.880

b) Reserva de capital

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 31 de março de 2016, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. incorporou a Interodonto – Sistema de Saúde Odontológica Ltda., com acervo líquido de R\$ 141.444 com data-base em 29 de fevereiro. O montante de R\$7.718 refere-se ao resultado apurado na Interodonto, entre a data da base o acervo líquido contábil e a data da realização da incorporação em 31 de março de 2016.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 31 de março de 2016, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. incorporou a Santamália Saúde S.A., com acervo líquido de R\$ 56.320 com data-base em 29 de fevereiro. O montante de R\$6.629 refere-se ao resultado apurado na Santamália, entre a data da base do acervo líquido contábil e a data da realização da incorporação em 31 de março de 2016.

c) Reservas de lucros

Correspondem à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, com o propósito de manutenção do capital de giro ou de futura deliberação dos acionistas.

- (i) Reserva legal – constituída obrigatoriamente pela Operadora, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos do prejuízo acumulado, até que seu valor atinja 20% do capital social.
- (ii) Reserva estatutária – conforme Estatuto Social vigente, a Assembleia Geral decidirá sobre o saldo dos lucros remanescentes, após a dedução de prejuízos acumulados e destinação de reserva legal, a atribuição à reserva (retenção de lucros) para futuros aumento de capital, futuros abatimentos de prejuízos ou a distribuição complementar de dividendos.

d) Destinação do lucro

O estatuto social da Operadora prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório, de no mínimo 5% sobre o lucro líquido a ser distribuído, observado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

De acordo com a legislação brasileira, a Operadora poderá distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP") sendo que esta distribuição está sujeita ao imposto de renda na fonte (IRRF) a alíquota de 15% sobre o valor deliberado.

Durante o exercício de 2017 a Operadora, através de Assembleia Geral Extraordinária, deliberou pagamentos de dividendos no montante de R\$ 116.450 (R\$ 43.646 em 31 de dezembro de 2016) e Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 49.005 (R\$ 32.729 líquido do Imposto de Renda), no exercício de 2016 os juros sobre capital próprio foi de R\$ 58.150 (R\$ 49.428 líquido do Imposto de Renda).

	Competência	
	2017	2016
Lucro líquido publicado no final do exercício	402.192	255.897
Lucro líquido no final do exercício	402.192	255.897
Reserva a disposição do acionista	-	(4.230)
	402.192	251.667
(-) Reserva legal - 5%	(20.110)	(12.584)
	382.082	239.083
Deliberações AGE:		
Dividendos aprovados	(116.450)	(43.646)
Juros sobre capital próprio	(49.005)	(58.150)
Total distribuído	(165.455)	(101.796)
Lucro líquido disponível	216.627	137.287

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

e) Margem de solvência

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Patrimônio líquido	1.375.269	1.138.532
Adições:	56.639	67.267
(+) Intangível	12.666	7.103
(+) Obrigações legais classificadas no passivo não circulante	43.973	60.164
Deduções:	(608.700)	(322.943)
(-) Despesa de comercialização diferida	(222.845)	(97.653)
(-) Participações em entidades reguladas	-	-
(-) Ativo não circulante intangível	(380.561)	(219.728)
(-) Despesas antecipadas	(5.294)	(5.562)
Patrimônio mínimo ajustado	823.208	882.856
a) 0,20 média dos prêmios retidos dos últimos 12 meses	993.495	776.686
b) 0,33 média dos sinistros retidos dos últimos 36 meses	932.905	675.446
Margem de solvência 63,14% (55,76% em 2016) (maior entre (a) e (b))	627.293	433.080
Suficiência de capital	195.915	449.776

26. Contraprestações líquidas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contraprestações emitidas de assistência à saúde	4.911.799	3.986.531
Contraprestações emitidas de assistência odontológica	162.748	-
Contraprestações canceladas	(15.391)	(28.732)
Contraprestações de assistência à saúde – assumidas	-	783
Contraprestações de assistência à saúde – transferidas	(91.679)	(75.154)
	4.967.477	3.883.428

27. Eventos indenizáveis líquidos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Eventos conhecidos ou avisados	(3.718.173)	(2.889.713)
Depreciação e amortização	(27.384)	(23.223)
(-) Recuperação de eventos indenizáveis	99.558	73.111
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(32.844)	(16.338)
	(3.678.843)	(2.856.163)

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Abertura dos eventos indenizáveis de acordo com a natureza dos planos (não auditado):

(Preenchido com valores líquidos de Glosas. Recuperação por Co-Participação e Outras Recuperações)

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL/FAMILIAR		COLETIVO EMPRESARIAL		COLETIVO POR ADESÃO		TOTAL	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Contraprestações líquidas	312.887	277.081	4.620.426	3.580.431	34.164	25.916	4.967.477	3.883.428
Tributos diretos (PIS/COFINS)	(7.263)	(6.032)	(107.255)	(77.946)	(793)	(564)	(115.311)	(84.542)
RECEITA LÍQUIDA	305.624	271.049	4.513.171	3.502.485	33.371	25.352	4.852.166	3.798.886
Eventos indenizáveis (*)	(106.874)	(149.851)	(3.531.038)	(2.663.962)	(2.827)	(8.508)	(3.640.739)	(2.822.321)
Consultas médicas	(21.328)	(30.555)	(430.694)	(593.345)	(1)	(1.590)	(452.023)	(625.490)
Outros atendimentos ambulatoriais	(8.941)	(18.129)	(695.527)	(383.317)	-	(518)	(704.468)	(401.964)
Exames	(25.993)	(37.234)	(664.744)	(545.452)	(1.839)	(887)	(692.576)	(583.573)
Terapias	(2.904)	(4.429)	(68.675)	(77.708)	(49)	(7)	(71.628)	(82.144)
Internações	(39.570)	(48.025)	(1.597.765)	(985.755)	(504)	(2.777)	(1.637.839)	(1.036.557)
Demais despesas médico- hospitalares	(4.162)	(11.479)	(14.918)	(31.952)	-	(2.729)	(19.080)	(46.160)
Procedimentos odontológicos	(3.976)	-	(58.715)	(46.433)	(434)	-	(63.125)	(46.433)
LUCRO BRUTO	198.750	121.198	982.133	838.523	30.544	16.844	1.211.427	976.565
Despesas de comercialização	(12.863)	(12.125)	(189.946)	(156.676)	(1.404)	(1.134)	(204.213)	(169.935)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	185.887	109.073	792.187	681.847	29.140	15.710	1.007.214	806.630

(*) Exclui provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA) e reservas técnicas de sinistros.

28. Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde

	2017	2016
Exames	(140.896)	(112.749)
Perdas com créditos incobráveis	(37.149)	(83.033)
Outras despesas operacionais	(487)	(1.354)
	(178.532)	(197.136)

29. Despesas de comercialização

	2017	2016
Remuneração - pessoal próprio	(9.843)	(7.475)
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(78.124)	(63.577)
Comissões	(116.246)	(98.883)
	(204.213)	(169.935)

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

30. Despesas administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	(287.095)	(228.692)
Serviços de terceiros	(135.284)	(96.980)
Localização e funcionamento	(92.250)	(51.924)
Tributos	(13.143)	(3.364)
Publicidade e propaganda	(8.499)	(13.680)
Provisão (reversão) para contingências	33.197	(9.183)
Depreciação e amortização	(16.350)	(25.023)
Outras	(12.008)	(13.349)
	<u>(531.432)</u>	<u>(442.195)</u>

31. Resultado financeiro líquido

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas com aplicações financeiras (*)	49.080	77.289
Juros recebidos	14.969	12.325
Variação monetária ativa	16.216	16.900
Receitas com variação cambial	18.462	3.001
Ajuste a valor mercado sobre aplicação financeira	133	-
Ajuste a valor presente	-	2.732
Descontos obtidos	1.246	3.759
Outras receitas	31	-
	<u>100.137</u>	<u>116.006</u>
Juros financeiros debêntures	(33.867)	(50.923)
Custas financeiras debêntures	(1.278)	(1.257)
Variação monetária passiva	(25.667)	(20.855)
Ajuste variação cambial	(14.164)	(6.369)
Multas e juros	(2.009)	(16.063)
Tarifas bancárias	(5.830)	(4.989)
Descontos concedidos	(199)	(294)
Ajuste a valor mercado sobre aplicação financeira	(786)	(677)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.592)	(144)
Ajuste a valor presente sobre empréstimos e financiamentos	(62)	(562)
Outras despesas	(758)	(1.720)
	<u>(98.212)</u>	<u>(103.853)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>1.925</u>	<u>12.153</u>

(*) Rendimento relacionado às reservas obrigatórias junto à ANS no montante de R\$ 27.560 (R\$ 27.714 em 31 de dezembro de 2016).

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

32. Partes relacionadas

Os saldos ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas com empresas do Grupo são os seguintes:

Ativo/(Passivo)	Natureza	2017				2016		
		HSB	SAMCI	HNV	MEDV	BCBH	Aqua Blue	FLY
Outros créditos a receber a longo prazo	Ressarcimentos	6.608	845	1.378	128	89.617	-	-
Débitos diversos	Serviços prestados	-	-	-	-	-	(36)	-

Receitas/(Despesas)	Natureza	2017				2016		
		HSB	SAMCI	HNV	MEDV	BCBH	Aqua Blue	FLY
Despesas Administrativas	Serviços prestados	-	-	-	-	-	(259)	-
Receitas Médicas	Plano de saúde	24.443	4.616	8.011	555	-	-	-
Eventos Conhecidos	Outros	-	-	-	-	-	-	(22.181)

HSB – Hospital São Bernardo S.A.; SAMCI - Tijuca – Serviços de Assistência Médica Cirúrgica Infantil Ltda.; HNV – Hospital Nova Vida S.A.; MEDV – Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda.; BCBH – Notre Dame Participações S.A.; Aqua Blue – Água Blue Transporte de Água Ltda. – Epp.; e FLY – Family Hospital S.S. Ltda..

A Operadora mantém operações com sua controladora direta BCBF Participações S.A. (“BCBF”) e suas controladoras indiretas Notre Dame Intermédica Participações S.A. (anteriormente denominada BCBH Participações S.A.) e Bain Capital Partners, LLC. (“Bain”).

Em 22 de março de 2014 a Bain Capital (empresa incorporada pelas Operadoras Intermédica, Interodonto e Notre Dame em novembro de 2014) celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças com os vendedores das Holdings PSBB2 e PSBB3 (empresas incorporadas pela Bain Capital em setembro de 2014) e suas controladas Intermédica, Interodonto e Notre Dame Seguradora. Conforme previsto no contrato os vendedores comprometem indenizar a adquirente Notre Dame Intermédica Participações S.A. (anteriormente denominada BCBH Participações S.A.) pelas contingências sofridas e desembolsadas.

A Operação do grupo está centralizada na Operadora, onde ocorrem as indenizações as partes reclamadas. A Operadora firmou contrato de Instrumento particular de repasse de indenização com a Notre Dame Intermédica Participações S.A. (anteriormente denominada BCBH Participações S.A.), comprometendo-se em indenizar a Notre Dame Intermédica pelos desembolsos ocorridos. O ressarcimento deverá ser pago em 6 anos e 30 dias a contar da data de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças. O montante registrado em rubrica “Outros créditos a receber de longo prazo” em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 119.545 (R\$ 75.542 em 31 de dezembro de 2016).

As transações com as empresas relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado em relação a preços, prazos e taxas contratadas.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A remuneração e gratificações dos principais administradores, que compreendem diretores e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Operadora, é composta de remuneração e gratificações de curto prazo cujo montante registrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 57.006 (R\$ 19.223 em 31 de dezembro de 2016). A Operadora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações do seu capital social.

33. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Operadora não possui posições ativas ou passivas decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

34. Cobertura de seguros

A Operadora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Edifícios, Instalações, máquinas, móveis, utensílios e estoques	Incêndio (Inclusive decorrente de Tumultos. Greves e Lock-out) Queda de raio. Explosão de qualquer natureza e queda de Aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos moveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdas/pagamentos de aluguel (6 meses), roubo/furto qualificado de bens, vendaval, impacto de veículos até fumaça, desmoronamento, equipamentos eletrônicos, objetos portáteis (território nacional), roubo de medicamentos.	R\$ 441.919
D&O	Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros	R\$ 101.500
Responsabilidade Civil	Responsabilidade civil operações	R\$ 15.000
Frota de Veículos	Compreensiva, danos materiais, danos corporais, equipamentos móveis	100% Tabela FIPE por veículo
Funcionários	Seguro de Vida em Grupo	Variável conforme faixa salarial e limite máximo R\$48.132

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das informações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

35. Eventos subsequentes

Em 02 de janeiro de 2018, através de AGE, foi aprovada a incorporação da empresa Tijuca – Serviços de Assistência Médica Cirúrgica Infantil Ltda (razão social do hospital SAMCI, no Rio de Janeiro) pela Companhia. O processo foi submetido a ANS e encontra-se em fase de aprovação.

Em processo de refinanciamento do endividamento bancário, a Companhia efetuou os seguintes movimentos:

- a) Em 24 de janeiro de 2018, a Companhia efetuou a liquidação antecipada do saldo devedor da 1ª emissão de debêntures captada em 09 de novembro de 2015, na qual incidia atualização pelo CDI acrescida de juros de 3,45% a. a.. O montante liquidado antecipadamente foi de R\$ 224.281.
- b) Em 30 de janeiro de 2018, a Companhia comunicou ao mercado o encerramento da oferta para aquisição de debêntures, tendo obtido a subscrição adicional de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais) em adição aos R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais) captados em dezembro de 2017, nos mesmos termos da primeira tranche, ao custo de 108,5% do CDI.
- c) Em 07 de fevereiro de 2018, a Companhia efetuou a liquidação de saldo devedor de Notas Promissórias junto ao Banco Votorantim no montante de R\$ 155.980.
- d) Em 1º de setembro o Grupo Notre Dame Intermédica assinou contrato de compra e venda (CCV) para a aquisição do Grupo Cruzeiro do Sul, localizado na região de Osasco. O Grupo Cruzeiro do Sul mantém uma estrutura com um hospital (Hospital Cruzeiro do Sul), um pronto-socorro, seis centros clínicos e um laboratório de análise clínico, além de operar com plano de saúde próprio. Esta aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE) em 26 de janeiro de 2018 e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 19 de janeiro de 2018. Conforme condições contratuais o valor de aquisição não está sendo divulgado. O fechamento da operação foi concretizado em 22 de fevereiro de 2018.
